



# A conquista do oeste brasileiro: estudos exploratórios sobre toponímia histórica

## The Brazilian West's conquest: exploratory studies on historical toponymy

Marcia MEURER \*

**RESUMO:** É objetivo demonstrar neste texto, recorte de tese<sup>1</sup>, como os estudos geolinguísticos, em especial a vertente da Geolinguística Pluridimensional e Contactual (Altenhofen; Thun, 2016), complementam os dados da pesquisa de campo com dados de pesquisas bibliográficas especializadas na área. A cartografia de diferentes naturezas, como a cartografia temática, demográfica, linguística e outras, tanto antiga como contemporânea, oferecem dados de extrema importância a serem pesquisados. Com o acesso disponível a diferentes bancos de dados, com destaque para o material raro digitalizado, como exemplo a cartografia antiga de difícil acesso e leitura, é possível realizar estudos contextualizados e interdisciplinares que aqui se centralizam no léxico. O estudo revelou possíveis relações entre o topônimo Maranhão e o hidrônimo Marañon, como estratégia de ampliação territorial na formação do espaço cartográfico brasileiro e, conseqüentemente, o domínio da língua portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dialetoologia Pluridimensional. Cartografia. Toponímia. Hidronímia. Maranhão.

**ABSTRACT:** The objective is to demonstrate in this text, part of a thesis, how geolinguistic studies, in particular the field of Pluridimensional and Contactual Geolinguistics (Altenhofen; Thun, 2016), complement field research data with data from specialized bibliographic research in the area. Cartography of different natures, such as thematic, demographic, linguistic and other cartography, ancient as well as contemporary, offer extremely important data to be researched. With access available to different databases, with emphasis on rare digitized material, such as ancient cartography that is difficult to access and read, it is possible to carry out contextualized and interdisciplinary studies that are centered here on the lexicon. The study revealed possible relationships between the toponym Maranhão and the hydronym Marañon, as a strategy for territorial expansion in the formation of the Brazilian cartographic space and, consequently, the domain of the Portuguese language.

**KEYWORDS:** Pluridimensional Dialectology. Cartography. Toponymy. Hydronymy. Maranhão.

Artigo recebido em: 31.07.2023

---

\* Doutora em Letras, Estudos da Linguagem (UFRGS), professora do Curso de Letras (UEMA). [marciameurer@professor.uema.br](mailto:marciameurer@professor.uema.br)

<sup>1</sup> Tese intitulada *O português de migrantes sulistas no nordeste do Brasil: variação e mudança de marcas regionais no contato intervareta* (2022), do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, área de concentração Estudos da Linguagem, linha de pesquisa Sociolinguística, orientada pelo professor Dr. Cléo Vilson Altenhofen.

## 1 Introdução

Quando se questiona como um país com dimensões continentais fala uma “única língua”, ou, “como se difundiu o português do Brasil” com variedades regionais bastante diferenciadas dessa língua, e como se deu o processo de conquista de espaços geográficos também tão diferenciados, com diferentes relevos, biomas, climas e gentes, deparamo-nos com a expressão “Conquista do Oeste”, de Sérgio Buarque de Holanda e a experiência de “fronteira”, com base em Turner, como algo comum no processo colonizador da América do Norte e da América do Sul (Wegner, 1999; 2000, p. 137-138). No entanto, o historiador José Honório Rodrigues diferencia essa experiência de fronteira do norte e do sul do continente.

Segundo Rodrigues (1957), a conquista do oeste norte-americano só se deu no início do século XIX e já com estradas de ferro, enquanto a conquista do oeste brasileiro ocorreu “cedo demais” e de forma dispersa, com as pré-bandeiras, ainda no século XVII, para escravizar indígenas. Com esses movimentos migratórios também se difundiram traços particulares e tradicionais da língua para cada região. Nesse sentido, vale acrescentar que a “conquista do oeste brasileiro” se deu por meio do acesso facilitado pelas bacias de grandes rios, e pelo ideal de miscigenação como uma condição da “vitória do branco adaptando-o aos rigores do clima” (Romero, 1885).

Como explicar a conquista de territórios a oeste, se a densidade demográfica brasileira, em pleno início do século XXI, conforme dados ordenados em mapa com base no Censo 2000<sup>2</sup>, ainda se concentra majoritariamente a leste, ao longo de toda a faixa litorânea? A conquista do oeste de que fala Sérgio Buarque de Holanda não se refere à abertura de estradas, nem de povoamentos e de colonização propriamente dita, como no modelo americano, mas sim da experiência de fronteira com base em uma explicação situacional em Turner, que esse chamou de plasticidade do português.

---

<sup>2</sup> Ver mapa coroplético com informação ordenada no modo de implantação zonal <http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/3483/img-5.png>. Acesso em: 25 set. 2023.

A assim chamada “conquista do oeste” é, desse modo, descrita como a conquista de uma fronteira idealizada e que só se deu pela presença de inúmeros rios das duas principais bacias, a bacia Amazônica e a bacia do Prata, cujas nascentes se originam na mesma região central do continente, a região alta (Planalto Central) e a baixa (Pantanal). Os “caminhos de água”, que nascem no centro do continente, proporcionaram as monções, levando os bandeirantes à “visão do paraíso”, ao *El dorado* das pedras preciosas e, muito mais do que isso, levaria à fronteira definitiva do que viria a ser o imenso território dominado pela língua portuguesa no Brasil.

O presente estudo é um recorte da pesquisa de tese em que foi abordado o contato intervarietal de grupos migrantes, falantes da variedade do português brasileiro meridional, que se instalaram a partir da corrente migratória dos anos 1970, no sul do estado do Maranhão, onde entraram em contato com o português setentrional local. As pesquisas bibliográficas para este estudo sobre o surgimento das regionalidades brasileiras revelaram uma rica cartografia mundial sobre a América que corrobora o imaginário com que se intui sobre as “terras desconhecidas do interior” (ver figuras na seção de análise).

É objetivo demonstrar neste texto como os estudos geolinguísticos, em especial a vertente da Geolinguística Pluridimensional e Contatual (Altenhofen; Thun, 2016) complementam os dados da pesquisa de campo com dados de pesquisas bibliográficas especializadas na área, como a cartografia de diferentes naturezas, como a cartografia temática, demográfica, linguística e outras, tanto antiga como contemporânea. Com o acesso disponível a diferentes bancos de dados, com destaque para o material raro digitalizado, como exemplo a cartografia antiga de difícil acesso e leitura, é possível realizar estudos contextualizados e interdisciplinares que aqui se centralizam no léxico.

O presente artigo está composto dessa parte introdutória, em que se problematiza a temática denominada de “conquista do oeste” tão difundida e relacionada aos estudos de migração, para em seguida discorrer sobre a importância

do espaço e seus conceitos em relação aos estudos linguísticos, em especial os geolinguísticos, daí a importância da cartografia linguística atual. Por fim, uma incursão ao léxico da cartografia temática antiga relacionada aos estudos literários e históricos para compor uma possível interpretação das relações semânticas sobre a motivação denominadora de topônimos e hidrônimos que chegaram até os nossos dias. Para concluir, as considerações finais sobre as análises empreendidas e a importância dos estudos interdisciplinares em diferentes meios, incluindo os bancos de dados de material raro digitalizado de difícil acesso e manuseio, para complementar as pesquisas relativas aos estudos linguísticos, em especial os estudos lexicais.

## 2 Pressupostos teóricos

Os contatos linguísticos na América já existiam muito antes da chegada do colonizador. Assim, estipular um início dos contatos linguísticos com o denominado “descobrimento do Brasil” equivale a apagar toda a história anterior aos últimos cinco séculos, ou o que Lefebvre (1991) chama de “forgetfulness or mystification”<sup>3</sup>. Muitos povos originários viveram e ainda vivem no continente americano, mesmo tendo suas culturas, suas línguas, suas existências ameaçadas de desaparecimento. A cartografia antiga e a toponímia, expressa em diferentes línguas, exerceram um papel central como estratégia de colonização e de dominação territorial.

Early Modern geographers helped develop such technology [navigation technology] as well as techniques for map-making and systems for describing the flora, fauna, geology and peoples of the rest of the world, some of which would become economic resources<sup>4</sup> (Johnstone, 2010, p. 2).

---

<sup>3</sup> “Esquecimento ou mistificação” (Lefebvre, 1991, *trad. minha*).

<sup>4</sup> Cedo geógrafos modernos ajudaram a desenvolver tais tecnologias [tecnologia de navegação] assim como técnicas para a elaboração de mapas e sistemas para descrever a fauna, flora, geologia e pessoas ao redor do mundo mesmo daqueles que se tornariam fontes econômicas (Johnstone, 2010, p. 2, *inserção e trad. minha*).

Esses contatos linguísticos do passado têm, de certo modo, influência sobre os contatos linguísticos atuais e, embora inúmeras línguas tenham desaparecido no processo de colonização, algumas ainda resistem e continuam em contato, nos dias de hoje. Essas línguas, autóctones ou alóctones, são chamadas de línguas minoritárias. Sua manutenção não deixa, em certo sentido, de ter relação com as línguas dos colonizadores que buscavam novos territórios, novas terras, tanto para a exploração de recursos naturais como para a prática agrícola comercial.

Foi o que ocorreu, no passado das civilizações antigas, na formação dos países (Estados nacionais) como os conhecemos hoje, e parece continuar na contemporaneidade, com a busca desenfreada por territórios, pela terra. O que poderia ser um direito de todos, sempre foi motivo de dominação econômica e cultural e conseqüente exclusão social de povos, culturas e línguas, como se observa em relação às populações indígenas no Brasil. Catequisar esses povos originários, em pleno século XXI, é um dos exemplos mais contundentes disso, ou seja, nada mudou, ainda. Essa relação entre o homem e o espaço, entre os modos de vida das populações e a disputa pelo espaço natural, transformam ou excluem culturas, modificam ou recriam a paisagem natural, bem como as línguas faladas, em contato, no meio social.

A desigualdade de direitos culturais entre os povos pode ser representada atualmente pela situação do plurilinguismo mundial, onde apenas 5% das línguas existentes no mundo são faladas por 94% da população. As demais, 95 % das línguas no mundo, são faladas por apenas 6% da população mundial (Raso; Mello; Altenhofen, 2011, p. 18). E língua é cultura!

Na perspectiva dos estudos linguísticos, parece ser inconcebível falar em língua e não relacioná-la a um espaço de uso. Cada língua e modo de falar se consolida e se diferencia nas relações interindividuais de um grupo social identificado pelo espaço que ocupa, nas dimensões física, humana e social. De acordo com Cysouw (2013, p.

26), “geographically close languages are in general typologically similar, while geographically distant languages are generally typological different”<sup>5</sup>.

Dessa forma, o espaço sempre teve um papel fundamental na constituição e manutenção das línguas, assim como na variação e mudança, partindo do concreto ao abstrato, do absoluto ao relacional. O espaço representa um leitmotiv no processo de como uma ou várias línguas se constituíram ou desapareceram em determinadas comunidades de fala assentadas em espaços específicos. Ou ainda, a pergunta como uma única língua não originária, nem próxima geograficamente nem geneticamente, pode ocupar vastos espaços onde havia inúmeras outras línguas, como o português no Brasil.

Rodrigues (1957, p. 25) afirma que os estudos “das histórias demográficas, imigratórias, urbana e rural, crescem nos países mais desenvolvidos, mas merecem aqui pouca ou nenhuma consideração”. Essa constatação, com as devidas ressalvas, aplica-se também aos estudos de variação do português, que apesar dos esforços da pesquisa geo- e sociolinguística carece de estudos mais aprofundados da variação linguística do português brasileiro para além da tradição monolíngue, ou da ideia de “vitória da língua”, em um explícito e inconsciente viés colonial. O imaginário social da “igualdade”, da miscigenação criada em torno do tripé étnico-linguístico branco-negro-índio, não dá a devida atenção ao espaço multi- e plurilíngue brasileiro, isto é, à dinâmica do espaço humano sobre o físico na construção do espaço social, relacionados ao espaço histórico-temporal.

Nessa perspectiva, os estudos dialetológicos e geolinguísticos sempre deram, é verdade, extrema importância à relação entre língua e espaço, tendo destaque o espaço geográfico, como a materialização de territorialidades linguísticas. Enquanto houver fronteiras políticas condicionando a identidade dos falantes assim como também o status dos usos linguísticos, o espaço geográfico (ou areal) não será ainda uma variável

---

<sup>5</sup> Línguas geograficamente próximas são em geral tipologicamente similares, enquanto que línguas geograficamente distantes são em geral tipologicamente diferentes (Cysouw, 2019, p. 26, *trad. minha*).

social no sentido amplo, para além da pergunta sobre a “origem do falante”. Ormeling (2010) diz que o mapeamento demarcou territórios nacionais e que servia para a legitimação da soberania sobre um espaço, assim como a tradução da toponímia. Há diferentes modos de configurar o espaço com variadas técnicas de mapeamento e tipologia de mapas com diferentes funções.

A dêixis que permeia os discursos dos falantes mostra que o estar/ocupar um espaço, um lugar no mundo é a tomada de consciência das ações do espaço sobre o indivíduo, assim como de suas ações sobre o espaço. Isso tem um papel diante da existência/permanência de línguas faladas por grupos sociais localizados no tempo e no espaço, portanto, sobre a variação e a mudança linguística.

É nesse ponto que os estudos geolinguísticos e de contato linguístico superam o viés dicotômico colonial-nacional ainda presente em forma de preconceitos, como resquícios da construção do estado-nação idealizada (Hobsbawm, 1990), e passa a exercer livremente o espírito científico, sem restrições ideológicas político-filosóficas. O período da construção dos estados nacionais há muito se findou, quando se iniciou o processo de globalização de mercados e culturas. Na contemporaneidade, a dicotomia é de outra ordem, local-global, ou em sua relação “glocal” (Mæhlum, 2010). Onde estão localizadas espacialmente as línguas e variedades minoritárias em relação às majoritárias, como questão de sobrevivência da cultura local ou regional, aí reside a questão crucial dos estudos geolinguísticos e de contatos linguísticos.

Pesquisar, descrever e comparar línguas e dialetos, analisar as condições, os contatos linguísticos que deram origem a esse “modo de falar”, verificar a sua vitalidade e o status em relação aos espaços físico, humano e social, em que diferentes línguas e dialetos se circunscrevem, são tarefas da competência específica da dialetologia e da geolinguística, auxiliadas por outras ciências, a história, a antropologia, a sociologia e a demografia. Vejamos o que estudos interdisciplinares de diferentes áreas do conhecimento, que dialogam entre si, podem tentar reconstruir nos

estudos diacrônicos, por meio dos contextos de usos linguísticos, como no caso do léxico (toponímia) tratado aqui.

### 3 Metodologia

A dialetologia contemporânea, ou Dialetologia Pluridimensional e Relacional (Thun, 1998), oferece um escopo teórico de conceitos e métodos de análise que, ao contrário do que se supõe, contrapõe o velho e o novo, “o carro de boi e o trator”, do rural e do urbano, do estável e do instável/variável, monolíngue e plurilíngue, do conservador e do inovador, enfim, do escrito e do falado e por que não, da toponímia antiga e contemporânea. As migrações, assim como os contatos linguísticos, foram identificadas como de central importância na Dialetologia Pluridimensional, sobretudo no mundo em constante mudança e movimento da América do Sul (Radtke; Thun, 1996). Com isso, almeja-se um estudo aprofundado e dinâmico das variedades de uma língua e de línguas diferentes, em que a teoria abarca um conjunto de dimensões e parâmetros que unem no mesmo escopo teórico os aspectos sócio- e geolinguísticos.

Como explica Thun (2010), por meio de dimensões, como lentes de aumento de relações não visíveis à primeira vista, faz-se uma série de fotografias da realidade linguística que, em uma sequência dinâmica, irão gerar um filme que reproduz o movimento da língua em sua variação e mudança. “Desse movimento podem resultar novas configurações linguísticas, que incluem sobreposições de variantes, amálgamas, substituições, mudanças, etc.” (Altenhofen; Thun, 2016, p. 377). O critério pluridimensional possibilita, desse modo, fazer os mais variados tipos de recorte do objeto linguístico, do parâmetro geográfico-espacial (diatópico), de classe social (diastrático), de grupos de idade distinta (diageracional), gênero (diagenérico), situação (diafásico), atitudes e percepções da fala do outro (diarreferencial), bem como de ordem diacrônica (através do tempo), com todas as “fotos” possíveis em cada uma dessas dimensões, podendo gerar novos parâmetros e outras dimensões de análise.

Este robusto aparato teórico-metodológico evidentemente precisa ser exequível, daí a necessidade de selecionar o olhar pelas lentes de cada dimensão separadamente e em correlação umas com as outras.

O escopo da geolinguística prevê um estudo sistemático do espaço geográfico, campo de pesquisa. Não basta apenas selecionar participantes (informantes) e levantar um corpus de análise em um determinado espaço. É preciso iniciar pela etnografia com a observação participante nos diferentes domínios de linguagem daquele espaço (Fishman, 1965). Ao mesmo tempo em que ocorre a observação participante, toda referência e material pertinentes vão sendo levantados e coletados, como por exemplo, nome da localidade, etimologia do nome, histórico de ocupação, perfil e localização dos grupos étnicos, publicações locais e regionais, jornais, fotos, documentos, mapas, cartas, ou seja, todo e qualquer dado relevante ao objetivo da pesquisa e que fará parte do *corpus* de análise.

Com o estudo e análise desse material, pode-se fazer o cruzamento de dados, quais sejam dados socioculturais dos participantes da pesquisa, dados sócio-históricos contextuais do espaço e dados linguísticos produzidos pelos falantes. No presente estudo, ao se pesquisar sobre a etimologia do nome da localidade, Balsas, e o nome do estado, Maranhão, constatou-se a existência de vários mapas antigos do Brasil em várias línguas e com diferentes nomeações usadas na hidronímia e toponímia.

O acesso desse material foi possível em diferentes bancos de dados de instituições brasileiras e estrangeiras disponibilizados na rede. O meio digital é de fácil manuseio, uma vez que por se tratar de documentos históricos em condições muito raras de preservação, a digitalização não só garante o acesso remoto por qualquer pesquisador, sem danos ao original, como oferece uma série de recursos visuais em boas condições de resolução para ampliação ou delimitação de dados. É possível aumentar visualmente em várias vezes um nome, uma letra e decifrar uma escrita antiga ou um nome no mapa que no material físico seria mais dispendioso ou mesmo impossível. Veremos a seguir alguns desses materiais e como eles foram considerados,

analisando-se dados complementares de outras áreas, como textos históricos, sociológicos e literários, e obviamente os mapas, com destaque para o léxico em suas denominações de topônimos e hidrônimos, segundo a classificação de Dick (1990).

#### 4 Análise e discussão dos resultados

As pesquisas bibliográficas para este estudo sobre o surgimento das regionalidades brasileiras revelaram uma rica cartografia mundial sobre a América que corrobora o imaginário com que se intui sobre as “terras desconhecidas do interior”. O mapa a seguir é um exemplo.

Figura 1 – Representação cartográfica da América, em um mapa de 1635.



Fonte: Antique map of America. Published by the Dutch cartographer Willem Blaeu in Atlas Novus (Amsterdam, 1635). Photo by N. Staykov (2007).

Mais antigo ainda do que o mapa acima, o mapa a seguir, de 1596, mostra um Brasil (Brasílie) separado do continente americano como uma ilha, a Ilha Brasil, justamente por uma “linha imaginária” que liga a foz do rio Amazonas à foz do Rio da Prata, e que remete à questão da fronteira (Kantor, 2007). A fronteira natural e idealizada do continente sul-americano, nesse mapa, reproduz “muito cedo” a fronteira atual dos domínios espanhol e português. Essa conquista do oeste parece não

se dar por batalhas e lutas sangrentas, mas pelo domínio da representação de espaços e pontos geográficos ressaltados na cartografia e nos usos da língua, fator condicionante nas relações socioespaciais entre os povos (Eugênio, 2021). Toponímia e hidronímia, vale observar, sempre tiveram a função de marcar territorialidades, o que certamente propicia a criação de um imaginário social de “fronteira natural”, condicionando, assim, as práticas sociais e linguísticas entre colonizadores e colonizados.

Figura 2 – Mapa antigo de Arnoldus Florentinus, da Antuérpia (1596).



Fonte: Van LINSCHOTEN, Jan Huygen. *Delineatio Omnium Orarum Totius Australis Partis Americae, Dictae Peruvianaes, a R. de la Plata, Brasiliam, Pariam, & Castellam*. Arnoldus Florentinus. Amsterdam: 1596. Disponível em: <https://www.raremaps.com/gallery/detail/70731ww/delineatio-omnium-orarum-totius-australis-partis-americae-d-van-linschoten>.

Fronteiras naturais exercem barreiras ao contato humano e, conseqüentemente, às línguas. Obstáculos como mar, rios, lagos, serras, cordilheiras e ilhas sempre serviram de linha divisória de territórios, e sua representação cartográfica (pictórica) e linguística compõe um quadro semiótico com grande poder persuasivo. Em meio a acordos e tratados (como os de Tordesilhas e de Madrid, até os últimos acordos de fronteira, em pleno século XX), foram se consolidando os limites e domínios dos territórios lusófonos e hispanófonos. Valem aqui as palavras de Bauman (1999, p. 41),

quando afirma que “o monopólio é muito mais fácil de alcançar se o mapa antecede o território mapeado”. Contudo, se foi difícil mapear variedades linguísticas no território brasileiro, em pleno século XX, na criação de um atlas linguístico, como o ALiB<sup>6</sup>, o que se pode interpretar, contrariamente, dessa rica cartografia antiga? Seus dados geográficos e linguísticos (toponímia e hidronímia) mostram a evolução dos domínios territoriais e, por sua vez, os contatos linguísticos que deram origem às regionalidades brasileiras.

O conhecimento, ou também a invenção, do Magnus Brasil ou Ilha Brasil de Cortesão foi uma cartada geopolítica de extrema inteligência da corte portuguesa. Este conceito que começou a ser divulgado em 1528 fez com que Portugal aumentasse de forma considerável o território do Brasil em relação ao Tratado de Tordesilhas em razão do que considerava a indivisibilidade do território demarcado por limites naturais e depois acrescido de outras terras argumentando o uso pela posse – *uti possidetis* – no Tratado de Madrid, de 1750. [...] Ao contrário do que alguns autores escrevem, a tese geopolítica do Magnus Brasil foi aceita tacitamente pela Espanha, pois em nenhum momento histórico a expansão territorial brasileira para oeste foi contestada. A única região onde houve conflitos pela posse da terra foi a do Prata, palco de muitos conflitos bélicos (Muradás, 2008, p. 76-77).

A partir das narrativas históricas, fica evidente que a conquista do oeste buscou auxílio na natureza da exploração colonial e no ponto de sua localização que deu a largada para a fixação de rotas fluviais, delimitando o trajeto dos conquistadores continente adentro. A exploração de minérios, principalmente, a prata das minas do Potosi, no Peru, cujos acessos se davam pela foz do Prata e pela foz do Amazonas, certamente restringiu o interesse dos espanhóis pela exploração de territórios no centro do continente, para onde havia mais dificuldades de acesso (labirinto de rios), caracterizados como espaços planos e alagados das cabeceiras das duas grandes bacias hidrográficas do continente sul-americano. Também outro fator que pode ter

---

<sup>6</sup> Atlas Linguístico Brasileiro (cartografia do português brasileiro).

contribuído para essa conquista de fronteira a Oeste foram os períodos de União das Coroas Ibéricas e de domínio do Nordeste Holandês. Na delimitação de fronteiras, após esse período, certamente o ordenamento de forças comuns e opostas entre as casas reais europeias havia mudado, alterando-se também os acordos de territórios conquistados (Cardoso, 2017).

#### 4.1 A toponímia e a hidronímia na cartografia antiga digitalizada

O rio Amazonas, também chamado na cartografia antiga de marañon, era a principal via de acesso dos espanhóis ao Peru. Esse hidrônimo marañon pareceu funcionar como uma fronteira natural do oeste do Brasil, também para os holandeses, que em sua cartografia, com inscrição em neerlandês, “Pascaerte van Brasil Van Rio de Maranhaon, tot Rio de la Plata”, assumiam que os limites do Brasil iam do rio Maranhão ao rio da Prata. Entretanto, de qual rio maranhão exatamente se fala?

Figura 3 – Brasil van Rio de Maranhaon tot Rio de la Plata (1662).



Fonte: LOOTSMAN, Caspar; JACOBSZ, Anthonie (Theunis). Pascaerte van Brasil van Rio de Maranhaon tot Rio de la Plata, Amsterdam, 1662.

Maranhão era o nome do rio Amazonas em mapas do século XVI e XVII (Castro; Cardeira, 2020). Etimologicamente, o vocábulo provém do espanhol marañon que equivale a um hidrônimo atual na Amazônia do Peru, o “río Marañon”, sendo um dos afluentes do rio Amazonas que certamente dava acesso às minas de prata do Potosi,

no passado. É curioso notar que o rio Tocantins parece igualmente ter sido chamado de rio Maranhão, pois o seu principal afluente ainda hoje se chama rio Maranhão, mais precisamente no Planalto Central, em Goiás, próximo à capital, coincidentemente denominada Brasília.

Além disso, aparece na cartografia antiga a denominação do rio Mearim, no estado do Maranhão, como rio Maranhão. *Marañon* parece ter, aqui, a acepção de cajueiro, a árvore, e *merey* o fruto, o caju, no espanhol da Colômbia. Assim, *mearim* pode ser uma corruptela de *meary*, termo que aparece grafado em mapas antigos, ou *merey*. Empregar um hiperônimo ou um holônimo por um hipônimo ou um merônimo ou vice-versa é comum no uso de uma língua. Pode ter sido essa a relação inicial do hidrônimo passar a funcionar como topônimo, que nomeou o estado do Maranhão, como uma das possibilidades dessa incógnita. O topônimo aparece em diferentes mapas como *marañon*, *maragnan*, *maranham*, *maranhoun*, *maranbon*, *maranhão*. Nesse particular, chama a atenção a relação semântica que já se fez desse nome com um trecho do sermão do Pe. António Vieira, aqui destacado em negrito, no texto do missionário:

Mas o que se disse do Brasil por galanteria, se pode afirmar do Maranhão com toda a verdade. É experiência inaudita a que agora direi, e não sei que fé lhe darão os matemáticos que estão mais longe da linha. Quer pesar o sol um piloto nesta cidade onde estamos, e não no porto, onde está surto o seu navio, senão com os pés em terra: toma o astrolábio na mão com toda a quietação e segurança. E que lhe acontece? Coisa prodigiosa! Um dia acha que está o Maranhão em um grau, outro dia em meio, outro dia em dois, outro dia em nenhum. E esta é a causa por que os pilotos que não são práticos nesta costa, areiam, e se têm perdido tantas nelas. De maneira que o sol, que em toda a parte é a regra certa e infalível por onde se medem os tempos, os lugares, as alturas, em chegando à terra do Maranhão, até ele mente. E terra onde até o sol mente, vede que verdade falarão aqueles sobre cujas cabeças e corações ele influi. Acontece-lhes aqui aos moradores o mesmo que aos pilotos, que nenhum sabe em que altura está (Vieira, 1965 [1654], domínio público).

Há uma possível relação desse argumento mencionado no sermão entre o hidrônimo e o topônimo (ver Varnhagen, 1838)? É plausível supor que as costas da capitania Maranhão e Grão Pará tenham sido um labirinto para a navegação diante da foz de vários rios, desde o rio Mearim, no Maranhão, até os principais afluentes do rio Amazonas, levando os navegadores do passado a grandes becos (lagos) no centro do continente ao invés de percorrer o grande Amazonas até o rio Maranhão, no Peru? Outra narrativa histórica, apresentada a seguir, confirma igualmente essa interpretação de como o território brasileiro foi sendo “conquistado a oeste”:

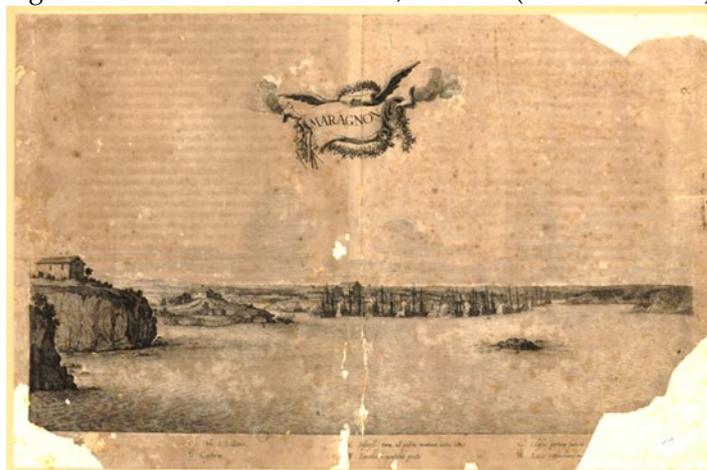
Entretanto é certo que das mesmas navegações resultou o terem sido os Castelhanos os primeiros a conhecer e a freqüentar essa parte da costa; havendo sido não só, com toda a certeza, descobridores do Mar Doce ou Amazonas, como também, mui provavelmente, do porto ainda hoje chamado do Maranhão; nome que não será fácil averiguar se proveiu, como disse Pedro Martyr \* do indigeno adulterado, ou se de qualquer feito notável praticado nelle por algum dos da tripulação com esse appellido (Maranon), que já então existia em Hespanha; ou, finalmente, se foi dado por ironia contra algum fanfarrão, que contasse de rio maranhas e proezas dos demais não acreditadas. [...] Em todo caso, é indubitavel que, também por essas bandas, começaram a navegar alguns navios de Portugal. Como porém se limitavam a traficar nas imediações das paragens onde aportavam, e não se propunham a explorar e correr toda essa costa, tanto em Portugal, como em Castella, estiveram por algum tempo na crença de que não havia, por ahi, mais que um único grande rio, entrando pela terra dentro; pois os que reconheciam o verdadeiro Maranhão, não conheciam o Amazonas actual, e vice versa; donde se originou confusão acerca destes dois rios, vindo ambos a ser designados com o nome de Maranhão; de modo que o próprio Pinzon, descobridor, não do verdadeiro Maranhão, descoberto por Lepe, mas sim da boca do grande rio de Santa Maria do Mar Doce, ou actual Amazonas, não duvidou assegurar a Oviedo haver elle sido o descobridor do Maranon; e mais tarde Orellana, baixando o mesmo Amazonas, não teve forças para fazer acreditar que não era o Maranon o rio por que baixara ele para voltar ao mesmo rio, chegava a desejar pilotos portuguezes; porque eram os únicos conhecedores da costa, que continuamente navegavam" (Varnhagen, 1838, p. 80 e 93).

São, portanto, hipóteses bastante instigantes que a comparação da cartografia antiga aliada à interpretação de narrativas históricas e literárias evoca, associando o nome do estado do Maranhão como “a origem ou a causa” que garantiu a formação do território brasileiro como ele é conhecido hoje. Não por acaso, a palavra emaranhar tem entrada no léxico, em 1567, e significa, segundo o Houaiss (2009), “misturar-se confusamente, embaraçar-se, tornar-se confuso, atrapalhar-se”. Como sinônimos de emaranhar têm-se maranhar, enredar, enlear, tramar, urdir, o que significa “entrelaçar, dispor os fios na urdidura para depois tecer”. A prática de tecer fios lembra, por fim, outro fato histórico importante na formação do estado do Maranhão: a produção e exportação de algodão no passado. Qual a relação desse fato histórico com o topônimo Maragnon, expresso sobre um “tear voador” nos céus da localidade de São Luís?

Lembrando as palavras de Bauman, no capítulo “a batalha dos mapas”, também esse tipo de dados serviu a propósitos diversos:

O que é facilmente legível ou transparente para alguns pode ser obscuro e opaco para outros. Onde alguns não encontram a menor dificuldade, outros podem se sentir desorientados e perdidos. Enquanto as medidas foram antropomórficas, tendo como pontos de referência práticas locais variadas e mutuamente descoordenadas, serviram às comunidades humanas de escudo para se protegerem da curiosidade e intenções hostis dos intrusos e, acima de tudo, das imposições de intrusos com poderes superiores (Bauman, 1999, p. 31).

Figura 4 – São Luís do Maranhão, em 1647 (*Urbi S. Ludovici*).



Fonte: Franz Post, Biblioteca Nacional Digital (Portugal), Domínio público, 1647- Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=10438362>. Acesso em: 18 mar. 2020.

A relevância de se mencionar esses fatos instigantes sobre a origem do nome maranhão e a relação com a formação do território brasileiro ou a “conquista do Oeste”, (tal como ocorreu com as linhas ‘móveis’ dos tratados) em relação ao vasto território do Peru, é digna de análises com maior profundidade por especialistas desse campo de conhecimento. Além de ressaltar a importância que o espaço físico/geográfico (absoluto) exerce sobre a percepção e o comportamento humano, postulada por Scheler e Lewin (*apud* Rabanus, 2010), também a necessária compreensão das territorialidades exercidas nos contatos linguísticos ao longo da história fornecem subsídios para estudos e análises em interface com outras áreas de conhecimento.

Chegamos à conclusão de que vem daí a análise comparativa de Sérgio Buarque de Holanda sobre a “conquista do oeste” ter sido antecipada pela colonização na América do Sul, em comparação com a América do Norte, aqui sem estradas de ferro e sem povoados. Isso se deveu, desde cedo, ao fato de os reinos disputarem o domínio de técnicas privilegiadas como a cartografia. Essa se constituía em instrumento de controle político e de poder sobre os recursos naturais conhecidos (Rodrigues, 1957b, p. 438-442). Nesse sentido, o tema da “conquista do oeste” serve para reflexão sobre as nossas regionalidades, sobre as diferenças entre norte e sul, e até mesmo permite uma possível comparação com o papel ou função desempenhada pela cartografia linguística e toponímica atual.

Figura 5 – Tratado de Tordesilhas no Planisfério de Cantino (1502);



Planisfério de Cantino (1502) mostrando o meridiano de Tordesilhas. Imagem: Biblioteca Estense (Itália) / Domínio público.

Dado o papel que o espaço geográfico (o território, a terra) sempre teve na formação e manutenção de culturas, comunidades de fala e línguas, é preciso admitir que a cartografia, na geografia cultural, representa uma paisagem, uma *landscape*, que, segundo o geógrafo Cosgrove (1993b apud Corrêa, 2011), equivale a um “modo de ver” associado às transformações sociais e culturais, ou,

A compreensão da paisagem enquanto produto cultural, com os seus significados em torno das relações entre sociedade e natureza, implica considerá-la como expressão fenomênica do modo particular como uma específica sociedade está organizada em um dado tempo e espaço, isto é, uma dada formação econômica e social ou simplesmente formação social (Corrêa, 2011, p. 13).

A “conquista do oeste brasileiro” tem outras consequências, quando se observa não somente a região Amazônica, o norte, mas quando se atenta para o mapa do sul do Brasil, que ora fazia fronteira com o rio da Prata, ora não. É preciso reconhecer, por isso, as territorialidades ali presentes, como o domínio espanhol até o século XVIII, e o que isso contribuiu na formação demográfica, bem como os contatos linguísticos regionais ao longo do tempo. Hipoteticamente, é possível fazer uma relação inusitada entre Norte e Sul: se a fronteira (meridiano) não tivesse mudado do rio Mearim para o rio Amazonas, a região Sul do Brasil falaria português, como ocorre atualmente? E por que a variedade do português nordestino apresenta traços regionais tão marcados quanto o são os traços do português de contato em relação às outras variedades regionais do português brasileiro?

## 5 Considerações finais

Ao contextualizar o processo de ocupação do território brasileiro a partir da abordagem da “conquista do oeste” de Sérgio Buarque de Holanda, expressão que irá ser retomada no século XX pela política de Vargas, visando ao incentivo da dispersão das populações excedentes do Rio Grande do Sul, com os primeiros conflitos agrários

a noroeste (Zarth, 1997; 2016; Neumann, 2006; Tedesco, 2017 e outras publicações), desnuda o 'imaginário romântico' de garantir as fronteiras com as migrações internas, principalmente de sulistas em direção ao norte. A conquista do território brasileiro se deu em momento histórico anterior e o papel da cartografia antiga e das denominações lexicais (topônimos e hidrônimos) cumpriu esse propósito.

## Referências

ALTENHOFEN, C. V.; THUN, H. A migração e os contatos linguísticos na geografia linguística do sul do Brasil e Bacia do Prata. *In*: AGUILERA, V. de A.; ROMANO, V. P. **A geolinguística no Brasil**: caminhos percorridos, horizontes alcançados. Londrina: Eduel, 2016. p. 371-392.

BAUMAN, Z. **Globalization**: the human consequences. Tradução Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CARDOSO, A. Beschrijving van Maranhão: a Amazônia nos relatórios holandeses na época da Guerra de Flandres (1621-1644). **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 406-428, maio/ago. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/2237-101x01803508>

CASTRO, M. C. D.; CARDEIRA, E. Um Nome em Movimento: percurso linguístico-histórico do topônimo Maranhão. **Papéis Revista** do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, UFMS. Campo Grande, MS. Vol. 24, nº Especial, 2020.

CYSOUW, M. Disentangling geography from genealogy. *In*: AUER, P.; HILPERT, M.; STUKENBROCK, A.; SZMRECSANYI, B. **Space in Language and Linguistics**: Geographical, Interactional, and Cognitive Perspectives, Berlin, Boston: De Gruyter, 2013. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110312027.21>

CORRÊA, R. L. Denis Cosgrove: a paisagem e as imagens. **Revista Espaço e Cultura**, N. 29. Rio de Janeiro: UERJ, p. 7-21, Jan./Jun. 2011. DOI <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2011.3528>

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 2ª ed., S. Paulo, Serviços de Arte Gráfica da FFLCH/USP, 1990.

EUGÊNIO, A. A cartografia da conquista: a função dos mapas como instrumento de legitimação das conquistas geopolíticas no espaço ibérico durante o alvorecer da Idade Moderna. Niterói, Universidade Federal Fluminense. **GEOgraphia**, vol: 23, n. 51, 2021. DOI <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i51.a29525>

FISHMAN, J. A. Who speaks what language to whom and when? *In: La Linguistique*, n. 2, p. 67–88, 1965.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JOHNSTONE, B. Language and geographical space. *In: AUER, P.; SCHMIDT, J. E.* (eds.). **Language and space: theories and methods**. Berlin/New York: de Gruyter, 2010. p. 1-18. (HSK 30.1)

KANTOR, Í. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.70-80, Jan/Jun 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000100005>

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MæHLUM, B. Language and social spaces. *In: AUER, P.; SCHMIDT, J. E.* (ed.). **Language and space: theories and methods**. Berlin/New York: de Gruyter, 2010. p. 18-32. (HSK 30.1)

MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. (org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MURADÁS, J. **A geopolítica e a formação territorial do Sul do Brasil**. (Tese de Doutorado), Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2008.

ORMELING, F. Visualizing geographical space: The nature of maps. *In: LAMELI, A.; KEHREIN, R.; RABANUS, S.* (ed.). **Language and space: language mapping: an**

international handbook of linguistic variation. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010. p. 21-40. (HSK 30.2). DOI <https://doi.org/10.1515/9783110219166.1.21>

RABANUS, C. The notion of space. In: LAMELI, A.; KEHREIN, R.; RABANUS, S. (ed.). **Language and space: language mapping: an international handbook of linguistic variation**. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010. p. 1-21. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110219166.1.1>

RADTKE, E.; THUN, H. (ed.). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verl., 1996. p. 210-171, 701-729.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. 2 ed. Vol. 1. e 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ROMERO, S. **Contos populares do Brasil**. 1885.

THUN, H. La geolingüística como lingüística variacional general (com ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: *International Congress of Romance Linguistics and Philology* (21.: 1995: Palermo). **Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza**. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, 1998. v. 5. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110934038.701>

THUN, H. Pluridimensional cartography. In: LAMELI, A.; KEHREIN, R.; RABANUS, S. (ed.). **Language and space: language mapping: an international handbook of linguistic variation**. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010a. p. 506-523. (HSK 30.2) DOI <https://doi.org/10.1515/9783110219166.1.506>

VARNHAGEN, F. A. de (Visconde de Porto Seguro). **História Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. Tomo 1 (1838).

VIEIRA, P. A. Sermão da Quinta Dominga da Quaresma. §II. **Sermões Escolhidos**, São Paulo: Edameris, v. 1, 1965. [domínio público] Disponível em: [www.bibvirt.usp.br](http://www.bibvirt.usp.br)

WEGNER, R. A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Humanitas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WEGNER, R. Os Estados Unidos e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: SOUZA, J. (org.) **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora UNB, 1999.